

# ANALES DE ECONOMÍA APLICADA

# 2010

Número XXIV

Martín Sevilla Jiménez  
Teresa Torregrosa Martí  
(Coordinadores)



ASEPELT son las siglas de la Asociación Científica Internacional de Economía Aplicada. El objetivo de la Asociación, recogido en sus estatutos y que inspira su actividad, es organizar, promover y favorecer trabajos originales de carácter científico en el dominio de la Economía Aplicada.

Para ello, desde la Asociación se definen las siguientes líneas de actuación:

1. El intercambio de información, entre sus miembros, de sus trabajos de investigación.
2. La publicación de una Revista Científica: "Estudios de Economía Aplicada".
3. La publicación de selecciones de artículos o de obras colectivas.
4. La organización de seminarios, coloquios o congresos.

La Asociación se convierte, de esta manera, en un foro abierto al intercambio y debate de las distintas ideas y aportaciones científicas, que se desarrollan tanto en el ámbito universitario como en el empresarial, dentro del campo de la Economía Aplicada.

Las Reuniones Anuales de la Asociación, punto de encuentro de un elevado número de investigadores involucrados en estas cuestiones, proporcionan un medio excepcional para el mejor conocimiento mutuo, embrión de futuras colaboraciones.

Esta publicación ANALES DE ECONOMÍA APLICADA es la expresión del camino que están tomando las nuevas iniciativas en el ámbito de la investigación y de la innovación en Economía Aplicada.

## **ANALES DE ECONOMÍA APLICADA**

Año 2010 - Número XXIV

© 2010 ASEPELT

© 2010 Delta Publicaciones Universitarias

Reservados todos los derechos. El contenido de esta publicación, tanto de la obra escrita como electrónica, puede ser utilizado, de común acuerdo con ASEPELT y DELTA PUBLICACIONES, para usos exclusivamente particulares y/o profesionales y, en ningún caso, comerciales.

ISBN: 978-84-92954-15-5

Depósito Legal:

**Preimpresión:** Delta Publicaciones

**Impresión:** CimaPress

# IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NA ECONOMIA DO TURISMO

Fátima David, Professora Adjunta (sdavid@ipg.pt)

Rute Abreu, Professora Adjunta (ra@ipg.pt)

Instituto Politécnico da Guarda

Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 50; ESTG; 6300-559 Guarda, Portugal

Odete Pinheiro, Técnica Superior da ETL (pinheiroodete@gmail.com)

ADERES - Associação de Desenvolvimento Local Estrela Sul

Rua do Rodrigo, nº 52, 1º Dto, 6200-188 Covilhã, Portugal

## Resumo

Atualmente, os territórios rurais estão gradualmente a deixar de ser somente cenários de actividades agrárias, centralizados em monoculturas produtivas, para passarem a ser territórios centrados na versatilidade das suas diferentes utilizações e iniciativas, especificamente: os serviços ligados ao turismo e ao lazer; os serviços de proximidade; e, ainda, os serviços ligados à cultura, protecção social e ambiental, fundamentais para garantir a sustentabilidade da comunidade local. Para isso importa criar uma rede de parcerias que criem sinergias regionais, nacionais e internacionais, através da disponibilização de estruturas que promovam a interacção dos agentes envolvidos, nomeadamente das Associações de Desenvolvimento Local (ADL). De facto, as ADL são parceiras privilegiadas das novas estratégias económicas assentes no turismo e na dinamização das economias locais, em substituição das anteriores estratégias, assentes no paradigma do mercado de capitais.

Assim, esta investigação apresenta alguns casos de estudo que destacam diferentes abordagens estratégicas para reconhecer a importância das ADL na implementação de projectos sustentáveis de desenvolvimento da economia do turismo. O pleno conhecimento do território, das suas necessidades, recursos e agentes, bem como a experiência existente na implementação de iniciativas locais, posicionam estrategicamente as ADL para, em conjunto com os parceiros locais, delinearem e implementarem uma estratégia capaz de criar e/ou melhorar as capacidades existentes, essenciais ao processo de desenvolvimento sustentável da economia do turismo no território rural. Quando os agentes locais começavam a enfrentar problemas concretos de desertificação e de decréscimo económico dos seus territórios, as intervenções inovadoras das ADL potenciaram a dinamização das actividades turísticas nas zonas de intervenção dos projectos implementados.

**Palavras-chave:** Associações de Desenvolvimento Local, Economia, Turismo, Sustentabilidade.

**Área Temática:** Economia do Turismo

## Abstract

Currently, the rural areas are gradually ceasing to be only scenarios of agricultural activities, centered on monoculture production, to pass to be territories centered on the versatility of its different uses and initiatives, specifically: services related to tourism and leisure, the local services, and also services related to culture, social and environmental protection needed to ensure the sustainability of the local community. For that, it matter create a partnership network to create regional, national and international synergies, providing structures that encourage the interaction of actors, including the Local Development Associations (ADL). In fact, the ADL are privileged partners of the new economic strategies based on tourism and boosting local economies, replacing the previous strategies based on the paradigm of the capital market.

Thus, this research presents some case studies that highlight different strategic approaches to recognize the importance of ADL in the implementation of sustainable projects of the economics of tourism development. The full knowledge of the territory, its needs, resources and staff, as well the experience of the local initiatives implementation, strategically positioned the ADL, together with local partners, to devise and implement a strategy to create and/or improve existing capabilities, essential to the process of sustainable development of the economics of tourism in the rural area. When the local actors began to face practical problems of desertification and economic decline of its territories, the innovative interventions of the ADL potentiate the tourist activities in the areas of intervention of the projects implemented.

**Key words:** Local Action Groups, Economy, Tourism, Sustainability.

**Thematic Area:** The Economics of Tourism.

# IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NA ECONOMIA DO TURISMO

## 1. INTRODUÇÃO

Constituídas como parceiras, públicas e/ou privadas, reunindo vários actores económicos e sociais ou, em alguns casos, constituídas em torno de uma ideia ou de um interesse mais específico, as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) têm tido um papel crescente de intervenção na sociedade, quer como motores desse mesmo processo, no caso das intervenções do *Programa Leader+*, como também no âmbito de outros programas para o desenvolvimento, ou simplesmente como beneficiárias desses programas, levando a cabo projectos específicos nas respectivas áreas de intervenção.

Se em primeira instância, as ADL resultaram da vontade individual das pessoas para intervir em aspectos práticos da sua vida, de forma a melhorarem a sua qualidade de vida. Já em segunda instância, as ADL procuraram proporcionar serviços na área social e cultural, que não existiam localmente sem a sua intervenção. De facto, o desenvolvimento local surgiu a partir do momento em que os agentes locais começaram a enfrentar problemas concretos de desertificação e de decréscimo económico dos seus territórios.

Assim, actualmente, os territórios rurais estão gradualmente a deixar de ser somente cenários de actividades agrárias, centralizados em monoculturas produtivas, para passarem a ser territórios centrados na versatilidade das suas diferentes utilizações e iniciativas, especificamente: os serviços ligados ao turismo e ao lazer; os serviços de proximidade; e, ainda, os serviços ligados à cultura, protecção social e ambiental, fundamentais para garantir a sustentabilidade da comunidade local. Esta sustentabilidade, traduzida na conciliação da protecção do ambiente com o desenvolvimento económico, personifica o desenvolvimento sustentável, ao satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (WCED, 1987).

Neste sentido, a presente investigação apresenta alguns casos de estudo que destacam diferentes abordagens estratégicas para reconhecer a importância das ADL na implementação de projectos sustentáveis de desenvolvimento na área da economia do turismo. Para o efeito, o texto encontra-se organizado da seguinte maneira: na secção 2, contextualiza-se a envolvente das ADL e a sua intervenção na sociedade; na secção 3, aborda-se a temática do desenvolvimento sustentável, em geral, e do turismo sustentável, em particular; na secção 4, discute-se o contributo das ADL para a economia do turismo; e a secção 5 conclui a investigação realizada.

## 2. AS ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento e a satisfação das necessidades das populações passam pela mobilização das potencialidades endógenas a cada região e pela mobilização das pessoas associadas ao próprio processo de desenvolvimento local (Lima, 1986; Figueiredo, 1988; Ploeg e Long, 1994; Cristóvão *et al.*, 1994; Cristóvão, 1997; Puerta, 1995), através do empenhamento das pessoas, em geral, e do contributo das Associações de Desenvolvimento Local, em particular. O desenvolvimento local pode entender-se como:

*“processo endógeno, equilibrado e sustentável de desenvolvimento territorial; e ainda um processo no qual todos os actores devem participar, intervir e investir de acordo com as próprias possibilidades”* (CIF, 2004: 4).

Esse processo, na medida em que contribui para o crescimento económico e as mudanças estruturais de melhoria da qualidade de vida das populações, desenvolve-se, tal como salientam Vital (2007) e Mota *et al.* (2002), em várias vertentes:

- **Económica**, através da qual os empresários locais utilizam e/ou são incentivados a utilizar as suas capacidades para organizar os factores produtivos locais com níveis de produtividade suficientes para serem competitivos;
- **Formação dos recursos humanos**, na qual os agentes educativos ajustam com os empreendedores locais a adequação da oferta de conhecimentos aos requisitos de inovação dos sistemas produtivos locais;

- **Sociocultural**, em que os valores e instituições locais permitem, ou devem permitir, impulsionar ou resguardar o próprio processo de desenvolvimento;
- **Político-administrativa**, através da qual a gestão local facilita, ou deve facilitar, a concertação entre o sector público e o sector privado a nível territorial;
- **Criação de ambientes inovadores**, que sejam favoráveis ao desenvolvimento produtivo e empresarial, bem como ambiental, tendo em conta as características específicas potenciais e os limites do meio natural, que permitam assegurar um desenvolvimento local sustentável.

Neste sentido, a alteração do paradigma de desenvolvimento local emergiu da prática corrente, quando os actores locais começaram a concentrar-se em componentes como: localização; base comercial e económica; recursos utilizados; e recursos locais ou endógenos (Blakely e Leigh, 2010). O antigo e o novo modelo de desenvolvimento económico local assente nesses quatro componentes podem analisar-se no Quadro 1.

**Quadro 1. Componentes do Desenvolvimento Económico Local**

Componente	Modelo antigo	Modelo novo
Localização	Localização física (perto dos recursos naturais, transportes e mercados) aumenta as opções económicas.	Qualidade do ambiente e uma forte capacidade da comunidade multiplicam as vantagens naturais para o crescimento económico.
Base comercial e económica	Empresas exportadoras e empresas criadoras de emprego estimulam o aumento de empresas locais.	Clusters de empresas competitivas ligadas a uma rede regional criam rendimento e dinamizam o crescimento.
Recursos utilizados	Mais empresas criam mais empregos, mesmo que muitas paguem o salário mínimo.	Desenvolvimento global de competências e inovação tecnológica criam qualidade do emprego e salários mais altos.
Recursos locais	Organizações a título individual podem aumentar as oportunidades económicas na Comunidade.	Parcerias de colaboração de diferentes grupos da Comunidade são necessárias para estabelecer uma base ampla de empresas competitivas.

Fonte: Blakely e Leigh (2010: 94).

O desenvolvimento local não é uma tarefa da exclusiva responsabilidade do Estado, na medida em que ao mesmo apenas se exige a disponibilização de recursos e o estímulo à realização de iniciativas por parte dos cidadãos, mas de toda a sociedade civil (David *et al.*, 2009b). De facto, o conceito e a problemática do desenvolvimento local emergiu, essencialmente, devido às oportunidades que se abriram a um desenvolvimento alternativo

ao protagonizado pelo Estado (Amaro, 1996). O território e o meio ambiente local converteram-se em lugares de estímulo de inovações, actuando como agentes fornecedores de recursos estratégicos e de externalidades positivas para a eficiência produtiva e a competitividade empresarial das regiões (David *et al.*, 2009b).

Por conseguinte, uma estratégia de desenvolvimento local contribui para a construção sustentada de comunidades locais orientadas para a valorização dos recursos naturais e culturais identificadores do seu território. Pelo que, o desenvolvimento local sustentável surge como o processo de mudança social e de aumento das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência económica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, na base de um claro compromisso com o futuro (Carvalho *et al.*, 2009).

No entanto, apesar das potencialidades do desenvolvimento local, importa também ter presentes as limitações derivadas dos constrangimentos e impactos exógenos da actual globalização económica (Cardoso, 2002). Essas condicionantes do progresso dos territórios rurais podem, segundo Matos e Tsuji (2002), sintetizar-se nas seguintes:

- **Desertificação das áreas rurais**, pois a fraca produtividade, a ausência de alternativas e perspectivas de emprego, conduzem ao abandono dessas áreas;
- **Acessibilidades e desenvolvimento tecnológico**, sendo o sistema de transportes um factor determinante da coesão social, territorial e da competitividade do País;
- **Dispersão institucional**, na medida em que os cidadãos se defrontam com uma série complexa de agentes, procedimentos e regulamentos, além de que cada entidade estabelece as suas próprias regras;
- **Desfasamento entre políticas, estratégias, instrumentos e organizações**, pois deve existir a capacidade de ajustar as políticas e os instrumentos ao desenvolvimento rural;
- **Falta de capacidade política de cada uma das entidades**, pois onde existe dispersão, há também o enfraquecimento da capacidade técnica e política de cada entidade;

- **Alterações Ambientais**, na medida em que, actualmente, se verificam mudanças climáticas acentuadas que originam doenças e ameaças ambientais, que transformam a paisagem;
- **Fraca qualificação dos recursos humanos**, com fortes implicações no desenvolvimento global da sociedade, já que a qualificação é o factor primordial para contrariar a debilitação dos territórios rurais. Para tal, a qualificação vai capacitar as pessoas e as organizações, mas implica um investimento equilibrado em recursos materiais e imateriais do território rural, de forma a mobilizá-los e transformá-los em agentes activos e protagonistas de dinâmicas de desenvolvimento territorial.

Contudo, os territórios encerram potencialidades que podem ser consideradas como impulsionadoras do desenvolvimento económico local. A dinamização das economias locais resulta directamente da fixação das populações nos territórios rurais e da realização de investimentos públicos e/ou privados, que dotam as respectivas regiões de infra-estruturas que lhes permitem aproveitar as suas potencialidades e rentabilizar, de forma equilibrada, as suas riquezas, nomeadamente de recuperação do património cultural e ambiental e das actividades tradicionais (David *et al.*, 2009a).

Assim, as ADL, em substituição das anteriores estratégias económicas, assentes no paradigma do mercado de capitais, são parceiras privilegiadas das novas estratégias, assentes na manutenção das actividades agrícolas, silvícolas e florestais rentáveis, as quais se complementam com a prestação de serviços, nomeadamente na área do turismo. Segundo Guerreiro (2005), as ADL definem-se como organizações da sociedade civil que:

- Consolidam o processo de democratização e desenvolvimento das zonas rurais;
- Potencializam a garantia de direitos sociais e civis;
- Preenchem os vazios deixados pelo poder público nas vertentes económica, social, cultural e recreativa;
- Implementam e acompanham acções de intervenção social, ambiental e cultural;
- Desenvolvem tecnologia social e cultural capaz de propor soluções inovadoras e criativas para resolver problemas sociais locais, maximizando as potencialidades dos



recursos locais de âmbito social, cultural e ambiental, para além de dinamizarem e apoiarem o tecido produtivo e a promoção de todo o património.

Para isso importa criar uma rede de parcerias que criem sinergias locais, regionais, nacionais e internacionais, através da disponibilização de estruturas que promovam a interacção dos agentes envolvidos. Por vezes, a exploração de um determinado recurso ou a sua exploração de forma inovadora, pode desenvolver sinergias, dando origem à reanimação ou criação de uma pequena economia baseada nesse recurso. Por exemplo, a recuperação, com fins meramente arquitectónicos, pelo menos na fase inicial, de um ou mais moinhos, que ao retomarem a sua produção, desaparecida há muito, voltam a estimular a produção agrícola e as actividades ligadas ao turismo.

### **3. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O TURISMO SUSTENTÁVEL**

O turismo tem sido considerado como uma estratégia de desenvolvimento económico e social pelos mais variados motivos, tais como o aumento de rendimentos, construção de novas infra-estruturas, formação de recursos humanos, criação de emprego e aumento de produção, entrada de divisas e, em geral, criação de mais riqueza (Simões 1993; CE, 1998). A própria União Europeia tem identificado o turismo como um sector elegível no desenvolvimento da política comunitária, e aponta-o como uma estratégia a seguir (CE, 1998) para alcançar o:

*“desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável das actividades económicas, um elevado nível de emprego e de protecção social, (...) um crescimento sustentável e não inflacionista, (...) um elevado nível de protecção e de melhoria da qualidade do ambiente (...)” (UE, 2006: 44).*

Assim, a “terciarização turística”, contrariando os clássicos modelos de crescimento a partir da industrialização, tem-se erguido como uma via sólida de aproveitamento dos recursos próprios de cada País/Região (Ferreira, 2008). Em alguns casos, o turismo é o único elemento de dinamização económica de um local ou região, quer como saída do

subdesenvolvimento, quer para se recuperar do fosso gerado por outras actividades anteriormente prósperas (Muñoz, 1996). Tal como referia Balabanian (1999: 255):

*“quando não sabemos mais o que fazer por uma região rural frágil, quando o êxodo populacional parece ser inexorável, quando tudo o que podemos imaginar como apoio à agricultura e aos agricultores parece ineficaz, um recurso é aparentemente sempre fácil: o turismo verde, i.e., o turismo integrado nos espaços e sociedades rurais”.*

O turismo é importante para o desenvolvimento da economia das regiões rurais do interior do País (algumas afastadas dos grandes centros de decisão e dos eixos de desenvolvimento do litoral), em primeiro lugar, porque é imperioso diversificar as economias rurais dessas regiões (CE, 1996), assentes geralmente numa actividade agrária e empresarial deficitária e pobre (Mergulhão e Ribeiro, 2000). Em segundo lugar, porque deste modo se diversifica a oferta turística nacional, que continua a estar dependente do desempenho de três regiões (Lisboa, Algarve e Madeira) e do turismo de “sol e mar” (Costa, 2003). À semelhança de Ramos *et al.* (2007: 8), considera-se que o turismo:

*“embora não sendo “a panaceia” para resolver o problema do mundo rural, e face ao conjunto de constrangimentos que estruturalmente apresenta (a sazonalidade, as oscilações produzidas pelas modas, as conjunturas económicas e políticas, a concorrência entre destinos, a acessibilidade) poderá dar um contributo relevante no crescimento de serviços, emprego, infra-estruturas e rendimentos”.*

O sector do turismo em Portugal tem, na última década, representado cerca de 11% do Produto Interno Bruto (PIB) anual e empregue cerca de 10% de população, sendo de grande importância para a economia do País (TP, 2007). Como sector dinâmico, de grande concorrência internacional, o mesmo tem obrigado o lado da oferta a tomar medidas estratégicas de diversificação do seu produto, para manter e aumentar os operadores. O desenvolvimento do turismo rural é disso um bom exemplo, ao contribuir para uma mudança social e económica dos espaços rurais, de tal forma que à volta dele se tem gerado alguma dinâmica de desenvolvimento e transformação económica e social, cujos impactos são positivos ou negativos (Gannon, 1994), conforme os actores em presença.

Os recursos (naturais, culturais, histórico-patrimoniais, económicos, educativos e institucionais) constituem a principal componente da oferta, que através da sua atractividade estimulam a procura no mercado; porém, para que estes recursos possam constituir um produto turístico, terá de existir um conjunto de infra-estruturas básicas e específicas de suporte à actividade turística (Ferreira, 2008). Contudo, a rentabilização dos espaços (ao nível do património histórico e arquitectónico, das infra-estruturas e dos equipamentos) deverá ser conciliada com os recursos naturais a longo prazo, de forma a conseguir-se um turismo sustentável (Dias, 2006); que deverá exercer-se em paralelo com o conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como a conciliação da protecção do ambiente com o desenvolvimento económico (WCED, 1987),

Nessa linha, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2003, de 1 de Agosto (PCM, 2003: 4541), procurou:

*“promover uma utilização racional, cuidada e sustentável dos recursos naturais, das áreas, do património histórico e arquitectónico e das infra-estruturas e equipamentos disponíveis para fins turísticos”.*

Para o efeito, o poder político deve:

*“dinamizar o desenvolvimento de novas áreas de aptidão e vocação turística nas diversas regiões que pela sua especificidade, riqueza natural e cultural e diferenciação possam responder às exigências de novos segmentos de mercado”* (CTP, 2005: 36).

Com efeito, o discurso político, em matéria de desenvolvimento das áreas rurais marginais, tem elevado as actividades económicas ligadas ao ambiente e ao turismo à qualidade de fonte de receita (Cristóvão, 2000). Contudo, para que o produto turístico assuma um nível de qualidade e sustentabilidade aceitável, será necessária a integração e qualificação das diferentes componentes da oferta turística, bem como os interesses diferenciados de turistas e operadores. Assim, através da compreensão das diferenças mencionadas e da reflexão acerca dos seus impactos no desenvolvimento quer da actividade turística, quer dos contextos socioeconómicos em que a mesma se insere, quer ainda da articulação entre ambos os aspectos, é possível fornecer algumas pistas sobre o futuro das áreas rurais (Figueiredo e Kastenholz, 2008).

Hunter e Green (1995) afirmam que, a partir dos anos 80, se registou um interesse crescente por formas de turismo alternativas ao turismo de massas tradicional e/ou urbano, em parte devido a: maior consciencialização dos impactos ambientais do turismo; crescente procura de novas experiências turísticas; maior ênfase na integração de políticas de protecção ambiental e de desenvolvimento económico; e preocupação acrescida da indústria turística com as tendências futuras do mercado. Daí que, está a surgir um novo tipo de turistas, possuidores de uma maior consciência ambiental e interesse em estabelecer contactos com a natureza e a cultura das comunidades que visitam (Moniz, 2006).

Assim, qualquer abordagem em volta do desenvolvimento económico, não só deverá assumir os agentes locais como protagonistas desse desenvolvimento, como terá de articular o referido desenvolvimento com as questões ecológicas (Cardoso, 2002). Para tal, importa ter presente o contraste existente entre turismo sustentável e turismo não sustentável, que Swarbrooke (1999) sintetizou no conteúdo do Quadro 2.

**Quadro 2. Turismo Sustentável versus Turismo não Sustentável**

<b>Turismo Sustentável</b>	<b>Turismo não Sustentável</b>
<b>Conceitos Gerais</b>	
Desenvolvimento lento e controlado	Desenvolvimento rápido e descontrolado
De longo prazo	De curto prazo
Qualitativo	Quantitativo
De controlo local	De controlo remoto
<b>Estratégias de Desenvolvimento</b>	
Planear antes de desenvolver	Desenvolver sem planear
Orientação com base em conceitos	Orientação com base em projectos
Preocupação com a integração na paisagem	Concentração em pontos-chave
Agentes de desenvolvimento locais	Agentes de desenvolvimento externos
Emprego de residentes locais	Importação de mão-de-obra
<b>Comportamento dos Turistas</b>	
Cuidadoso, silencioso e sensível	Intensivo, barulhento e insensível
Com preparação psicológica	Sem preparação psicológica
Aprende a língua local	Não aprende a língua local
Repete a visita	Não repete a visita

Fonte: Adaptado de Swarbrooke (1999) in Moniz (2006: 30).

Por conseguinte, a abordagem ao turismo sustentável passa a ter em conta a comunidade receptora, quer em termos de distribuição dos benefícios económicos, quer em termos da participação no processo de desenvolvimento local (Moniz, 2006). Assim, o desenvolvimento do turismo sustentável tem implicações económicas, sociais e ambientais (Curtin e Busby, 1999), pelo que, segundo Moniz (2006), deve assentar na defesa de três pilares básicos:

- **Eficácia económica**, implica que o turismo deve ser uma actividade geradora de rendimento económico para a sociedade e criadora de emprego;
- **Equidade social**, implica que o turismo deve gerar uma distribuição imparcial e justa de custos e benefícios, de forma a não provocar o aumento das assimetrias sociais e económicas;
- **Sustentabilidade ambiental**, implica a conservação e o respeito pelos recursos e valores naturais, que são a base do turismo e cuja existência futura deve ser garantida, para a própria sustentabilidade da actividade e para assegurar o desfrute do ambiente por parte das gerações futuras.

Em suma, concorda-se com a definição da Organização Mundial do Turismo (OMT), ao considerar que o turismo sustentável corresponde a um modelo de desenvolvimento económico que permite melhorar a qualidade de vida das populações locais, oferecer uma experiência de qualidade aos visitantes e manter a qualidade do meio ambiente, da qual depende a comunidade local e o próprio turismo, e aumentar os níveis de rentabilidade económica da actividade turística para os residentes locais (Pires, 2004).

#### **4. AS ADL E A ECONOMIA DO TURISMO**

O pleno conhecimento do território, das suas necessidades, dos seus recursos e das suas populações, bem como a experiência existente na implementação de iniciativas locais, posicionam estrategicamente as ADL para, em conjunto com os parceiros locais, delinearem e implementarem uma estratégia capaz de criar e/ou melhorar as capacidades existentes, essenciais ao processo de desenvolvimento sustentável da economia do turismo

no espaço rural. Quando os agentes locais começavam a enfrentar problemas concretos de desertificação e de decréscimo económico dos seus territórios, as intervenções inovadoras das ADL potenciaram a dinamização das actividades turísticas nas zonas de intervenção dos projectos implementados.

Segundo [Seitanidi e Crane \(2009\)](#), as ADL representam a sociedade civil nos seus diversos aspectos e interesses, assumindo-se muitas vezes como parceiras privilegiadas do Estado, consolidando os direitos individuais dos cidadãos face ao poder político e económico. O estabelecimento de alianças e parcerias, viabilizadas pela cooperação intersectorial e internacional constitui, por si só, a forma mais adequada de promover o desenvolvimento local, que em complementaridade com vários programas e iniciativas Comunitárias, onde se inclui o *Programa Leader+*, defendem os interesses associados ao desenvolvimento das comunidades locais.

Assim, a construção e promoção de redes ligadas ao desenvolvimento local, muito utilizadas na abordagem do *Programa Leader+* são ferramentas eficazes para delinear uma política de desenvolvimento sustentável. A nível nacional, o *Programa Leader+*, aprovado pelo Regulamento (CE) n.º 1260/1999 do Conselho, de 21 de Junho ([CE, 1999](#)), decorreu no período compreendido entre 1991 e 2008, tendo a sua implementação sido inserida nos fundos estruturais compreendidos entre 1991 e 2006 ([CE, 2006](#)). Respeitando a dimensão ambiental, económica, social e cultural do território nacional, o *Programa Leader+* permitiu desenvolver estratégias de desenvolvimento baseadas na gestão dos recursos endógenos, em detrimento de outros modelos de desenvolvimento baseados na importação maciça de capital e de recursos exógenos ([DGADR, 2000](#)).

De encontro a esta abordagem vêm, a título de exemplo, as boas práticas assumidas por duas associações de desenvolvimento local. A primeira ADL é a ***ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul*** (Portugal), localizada no Centro de Portugal. Esta associação foi fundada em Outubro de 1994 com o objectivo de implementar acções e projectos de desenvolvimento integrado na sua área social, bem como renovar o tecido social e melhorar as condições económicas, sociais e culturais das populações dos seus territórios de influência. Esta ADL, no âmbito do *Programa Leader+*, para o período de

fundos estruturais europeus entre 2000 e 2006 (com autorização de conclusão dos projectos até ao final de 2008), tinha aprovados 44 projectos relacionados com as suas preocupações de cariz económico, social e ambiental (ADERES, 2003). Contudo, devido à sua extensão e diversidade, entendeu apresentar-se apenas cinco exemplos de projectos propostos pela ADERES/Estrela-Sul (Portugal) ao nível do desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer, tal como se evidencia no Quadro 3.

**Quadro 3. Projectos da ADERES/Estrela-Sul no âmbito do Programa LEADER+**

Projecto	Objectivos Principais	Valor
«Terra Viva - Unidade de Transformação de Alimentos Biológicos» no Paul – Covilhã - Portugal  (Aprovado em 2003)	1. produção e comercialização de produtos alimentares biológicos à base de derivados de soja e oleaginosas como amêndoa, amendoim, avelã e outros. Dos produtos a confeccionar destacam-se: o queijo e enchidos de soja esterilizados e pastas/manteigas alimentares de oleaginosas enfrascadas; mais tarde, e depois de um período de adaptação e estabilização da produção, serão integradas outras matérias-primas e confeccionados outros produtos tendo por base um adequado aproveitamento de produtos de agricultura biológica local e tradicional.	€ 200.000,00
«Sons Presentes» no Paul – Covilhã – Portugal  (Aprovado em 2003)	1. inserir na arte da música popular uma iniciativa que revele a expressão cultural do modo de vida das comunidades rurais, numa perspectiva histórica, que identifique e revele a natureza global e integrada de expressões socioculturais; 2. contribuir para o reforço da coesão social pelo surgimento de sentimentos de pertença e troca; 3. promover e divulgar a cultura local; 4. recuperar e qualificar o património sociocultural.	€ 11.545,96
«Casa Museu» em Unhais da Serra – Covilhã – Portugal  (Aprovado em 2002)	1. dotar o Rancho Folclórico Infantil e Juvenil de Unhais da Serra de sede própria; 2. dinamizar outras valências culturais, designadamente museológicas; 3. criar um núcleo museológico com o acervo etnográfico que foi reunindo ao longo de 26 anos; 4. lançar projectos de educação musical etnográfica: acordeão, concertina, viola, entre outros; 5. promover um posto de informação e turismo na Vila de Unhais da Serra, dele carecido; 6. apoiar o desenvolvimento sociocultural local, especialmente direccionado para os jovens.	€ 51.636,80
«Restauro e Aproveitamento de Lagar Tradicional» em Casegas – Covilhã – Portugal  (Aprovado em 2002)	1. preservar e valorizar o património rural/agrícola, através da requalificação da área envolvente com as explorações agrícolas; 2. desenvolver acções integradas de reabilitação de património, em particular de lagar oleícola; 3. recuperação/reutilização de edifícios de valor patrimonial histórico ou cultural; 4. qualificação do espaço público da ribeira de Casegas.	€ 28.585,68
«Casa Típica do Cabeço» nas Cortes do Meio – Covilhã – Portugal  (Aprovado em 2002)	1. preservar o património arquitectónico do Mundo Rural; 2. possibilitar a manutenção da traça arquitectónica; 3. manter a visibilidade etno/cultural; 4. desenvolver a economia local.	€ 16.006,11

Fonte: Adaptado de ADERES (2003).

Os projectos apresentados no Quadro 3 foram aprovados no contexto em que o orçamento do *Programa Leader+* estava fixado em cerca de €300 milhões por ano, face a compromissos globais assumidos superiores a €54 bilhões em 2006 e um orçamento para acções estruturais próximo dos €40 bilhões por ano (Vidal, 2009). Ou seja, o facto de o *Programa Leader+* representar aproximadamente um terço do 1% do orçamento da UE para a agricultura e as operações estruturais faz com que todas as suas realizações sejam ainda mais louváveis (Vidal, 2009). Como refere Fragoso (2005), grande parte do trabalho de desenvolvimento local assenta na ajuda às populações na construção de pontes muitas vezes ausentes, entre a tradição e a modernização.

A análise dos projectos propostos pela *ADERES/Estrela-Sul* (Portugal) ao *Programa Leader+* permite realçar um projecto em particular, especificamente o «Terra Viva - Unidade de Transformação de Alimentos Biológicos», enquadrado na esfera económica. Este projecto, no âmbito do *Programa Leader+*, para o período de fundos estruturais entre 2000 e 2006 (com autorização de conclusão dos projectos até ao final de 2008), teve um orçamento total de € 200.000,00.

O «Terra Viva», projecto de apoio a actividades produtivas, é um exemplo de boas práticas (ADERES, 2003), ao prever:

- Criação de 10 postos de trabalho numa zona de montanha de fortes carências de emprego, promovendo assim a fixação da população numa área rural;
- Implementação de uma unidade agro-alimentar e de um projecto de diversificação de actividades agrícolas na exploração agrícola, tais como: fruticultura, apicultura, plantas medicinais e aromáticas, produção vegetal e produção pecuária;
- Desenvolvimento do turismo em espaço rural, adaptando as instalações com a finalidade de ser instalada uma pequena unidade de restauração e de serem melhoradas as condições de alojamento;
- Produção dos enchidos de acordo com o saber tradicional local, utilizando os métodos e ingredientes tradicionais e promovendo a valorização dos produtos locais, tais como a valorização do património cultural e gastronómico;



- Promoção de um projecto de animação, no qual se irão organizar várias iniciativas tais como ateliers de tecelagem, de fabrico de pão caseiro, de olaria, entre outros, bem como desenvolver actividades de desportos radicais, percursos pedestres e passeios com cavalos e asnos, inserido num espaço florestal.

À semelhança da *ADERES/Estrela-Sul* (Portugal), também a *ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano* (Portugal), localizada na região Sul de Portugal, procura promover o desenvolvimento sustentado do território atenuando as assimetrias entre a faixa litoral e o interior da sua zona de intervenção. Esta segunda ADL foi constituída em Dezembro de 1994, com a finalidade de valorizar as potencialidades dos cinco concelhos que compõem a sub-região do Litoral Alentejano (Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines, Odemira) num contexto de política global de dinamização do desenvolvimento rural. Para tal, os eixos estratégicos da sua intervenção passam por: apoiar as estruturas locais e a aquisição de competências; dinamizar o tecido empresarial; valorizar e preservar os recursos patrimoniais; e promover a zona de intervenção.

A *ADL/Litoral Alentejano* (Portugal), no âmbito do *Programa Leader+*, para o período dos fundos estruturais de 2000-2006 (com autorização de conclusão dos projectos até ao final de 2008), aprovou 211 projectos relacionados com acções de apoio técnico e financeiro dirigido a iniciativas empresarias, associativas e institucionais. Adicionalmente, dinamizou acções internas ao nível do seu Plano de Desenvolvimento Local (PDL), designadamente o *CITAL - Centro de Iniciativas Turísticas do Alentejo Litoral*, em que foram impulsionados vários projectos de cooperação interterritorial e transnacional. No Quadro 4 apresentam-se, também devido à sua extensão e diversidade, apenas cinco projectos propostos pela *ADL/Litoral Alentejano* (Portugal), em concreto: quatro relacionados com a área do turismo e da promoção do território; e um na área do meio ambiente e recursos naturais (especificamente, «Água Fonte de Vida»).

**Quadro 4. Projectos da ADL/Litoral Alentejano no âmbito do Programa LEADER+**

Projecto	Objectivos Principais	Valor
«World Adventure - Qualificação do Turismo Activo» no Alentejo – Portugal  (Aprovado em 2006)	1. qualificação de programas de turismo activo nas regiões aderentes; 2. promoção e comercialização de programas qualificados; 3. concepção de marca de qualidade; 4. criação de "normas" para a certificação; 5. criação de um Sistema de Qualidade; 6. promoção através da marca de qualidade. Este projecto visa dinamizar o desenvolvimento de actividades turísticas activas nacionais e internacionais através da criação de uma rede de parcerias que irão promover a marca «World Adventure».	€ 200.000,00
«Água Fonte de Vida» em Alvalade – Portugal  (Aprovado em 2006)	1. dinamizar a Plataforma de cooperação entre os Grupos de Acção Local (GAL) e as Associações de Regantes e outras Entidade ligadas ao sector agrícola, com vista a contribuir para o desenvolvimento rural dos territórios LEADER; 2. sensibilizar os agricultores no sentido de impedir o abandono das terras de cultivo, propondo alternativas de culturas mais rentáveis e de melhor comercialização e determinar os tipos de exploração mais sensíveis às mudanças com vista a criar condições para que subsistam, contribuindo assim para o desenvolvimento rural. Este projecto contribuiu para uma maior articulação dos recursos: água, ambiente e agricultura.	€ 32.500,00
«Portugal da Terra ao Mar 2004» no Alentejo – Portugal  (Aprovado em 2004)	1. divulgar e valorizar os produtos de qualidade junto do público urbano, em particular o artesanato, os produtos agro-alimentares, a cultura e o turismo rural; 2. promover as potencialidades e oportunidades dos territórios rurais; 3. difundir a intervenção qualificada dos actores locais organizados em parceria. Este projecto contribuiu para promover os produtos e culturas do mundo rural português e das comunidades piscatórias, junto dos cidadãos urbanos nacionais e de um número elevado de estrangeiros.	€ 30.764,78
«Santiago 2004» no Alentejo – Portugal  (Aprovado em 2004)	1. participação das ADL' gestoras do LEADER no Alentejo; promoção do LEADER+; promoção dos produtos, serviços e valores do Mundo Rural Alentejano. Este projecto contribuiu para promover a imagem do mundo rural através da participação conjunta das associações do Alentejo na feira SANTIAGRO 2004.	€ 11.190,22
FACECO 2003 em Odemira – Portugal  (Aprovado em 2003)	1. centra-se na divulgação das potencialidades e oportunidades oferecidas pelos PDL das associações parceiras e promoção dos produtos, serviços e valores do mundo rural alentejano. Este projecto contribuiu para promover a imagem do mundo rural e o seu desenvolvimento.	€ 1.763,29

Fonte: Adaptado de [ADL \(2008\)](#).

Da análise aos projectos apresentados no Quadro 4, e propostos pela *ADL/Litoral Alentejano* (Portugal) ao *Programa Leader+*, é possível destacar um projecto em particular, especificamente o «*World Adventure - Qualificação do Turismo Activo*». Este projecto, no âmbito do *Programa Leader+*, para o período de fundos estruturais entre 2000 e 2006 (com autorização de conclusão dos projectos até ao final de 2008), teve um

orçamento total de € 200.000,00 e enquadra-se no conceito de Turismo Activo, associado a um maior contacto com a natureza, seja nas praias marítimas, nos rios, ou nas zonas de montanha, sempre seguindo um princípio de utilização racional dos mesmos e sempre dentro do desenvolvimento integrado e sustentável.

Ao Turismo Activo encontra-se intimamente ligado o turismo em espaço rural, o qual, em Portugal, como no contexto da maioria dos países da União Europeia, é considerado como um importante instrumento e mecanismo de desenvolvimento local (Figueiredo e Kastenholz, 2008). Tal circunstância é evidente na maior parte dos programas e medidas para as áreas rurais que, paralelamente à revitalização e redefinição do papel da actividade agrícola, recomendam as actividades associadas ao turismo como a solução para os problemas locais (Ribeiro, 2003; Figueiredo, 2004). Neste contexto, o «*World Adventure*», que visa a promoção do turismo e do território alvo de intervenção, é um exemplo de boas práticas (ADL, 2008), ao prever:

- Parcerias com 21 associações de desenvolvimento local de todo o País;
- *ADL/Litoral Alentejano* (Portugal) integra esta parceria e pretende articular este projecto ao nível da qualificação e da organização de programas turísticos com o CITAL e outros projectos de cooperação que actuam ao nível da promoção, de forma a criar sinergias regionais, nacionais e internacionais, através da disponibilização de estruturas que promovam a interacção dos agentes envolvidos;
- Organização de alguns Programas Turísticos de acordo com a oferta de qualidade no Litoral Alentejano, com apoio de um consultor especializado, em torno das actividades: mergulho, canoagem e passeios pedestres;
- Demonstrar as potencialidades de um recurso fundamental para a região - o Rio Mira, promovendo a possibilidade concreta de organização de actividades em torno de unidades de paisagem.

Por conseguinte, os projectos da *ADERES/Estrela-Sul* (Portugal) e da *ADL/Litoral Alentejano* (Portugal) aprovados pelo *Programa Leader+* promovem as parcerias locais e salvaguardam as características do desenvolvimento endógeno e integrado, em torno de quatro vertentes principais:

- Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, através da valorização e comercialização das produções agrícolas, silvícolas e de pesca local;
- Melhoria do uso dos recursos naturais e culturais, incluindo preservação e valorização do ambiente natural;
- Agregação de valor aos produtos locais, nomeadamente facilitando o acesso aos mercados de pequenas unidades de produção através de acções colectivas e de apoio técnico;
- Utilização de novos conhecimentos e tecnologias de informação e comunicação para tornar os produtos e serviços nas zonas rurais mais competitivos, através de formação profissional e apoio à diversificação das actividades económicas (EC, 2007).

Assim, o estabelecimento de parcerias com agentes locais diversificados, confere às ADL vantagens comparativas em termos quer do seu contributo para a implementação de sistemas de gestão locais, quer em termos de aprendizagem institucional e organizacional. À semelhança de [Amiguinho \(2005\)](#), considera-se que invocar a produção de sociabilidades é também uma forma de referência à promoção do desenvolvimento local. Significa estabelecer acções que articulam a intervenção e animação comunitária de defesa e promoção dos valores e dos interesses das comunidades com a lógica de desenvolvimento local ([Sarmiento, 2000](#)).

As ADL, ao representarem a sociedade civil nos seus diversos aspectos e interesses, aumentam a percepção geral de desenvolvimento económico local e nacional, bem como o conhecimento das questões relacionadas com a economia do turismo, especialmente porque as ADL apostam no turismo em espaço rural como factor-chave da oferta turística global. Nesse sentido, observa-se uma crescente consciencialização sobre o papel que o turismo desempenha ou pode desempenhar, tanto de forma directa como indirecta, sobre uma economia em termos de geração de valor.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pese embora, o turismo constitua um factor de desenvolvimento, quer pela sua importância económica, quer pelas várias transformações que gera a nível social, ambiental e cultural, o mesmo também pode pôr em causa a qualidade ambiental e social das populações de acolhimento. Assim, importa planear:

*“o desenvolvimento do turismo já que só por esta via é possível ordenar as acções do Homem sobre o território e, ao mesmo tempo, direccionar a construção adequada de equipamentos e de facilidades e evitar ou minimizar os efeitos negativos que poderiam advir para os recursos, como seria o caso da sua destruição ou a diminuição da sua capacidade de atracção” (Figueira, 2008: 1941).*

Assim, o turismo pode ajudar a reorganizar a distribuição das populações e a inverter o êxodo das populações do interior para o litoral, devendo para tal existir uma maior ligação entre as políticas de desenvolvimento económico e os sistemas de planeamento e ordenamento do território, bem como uma melhor articulação entre as políticas de turismo e as políticas de planeamento e ordenamento do território, a nível local, regional e nacional. O desenvolvimento de cada local ou região dependerá da capacidade de cada um chamar a si a resolução dos seus problemas, de organizar vários agentes (por exemplo, as ADL) em torno de objectivos comuns, e de se adaptar às pressões externas decorrentes do processo de globalização.

As ADL, em conjunto com outros parceiros locais, posicionam-se estrategicamente para apoiar o turismo em espaço rural, o qual, para além de ser organizado e gerido pela população rural, integrando-a, deve revitalizar as economias locais e promover a utilização sustentável dos recursos. O turismo só continuará a ser um dos mais importantes sectores da economia portuguesa, se aproveitar o potencial de cada local ou região e dos seus produtos turísticos, alternativos ao turismo de massa, indo de encontro ao desenvolvimento sustentável, quer do próprio turismo, quer dos outros sectores económicos que com ele interagem.

Neste sentido, o desenvolvimento da economia do turismo depende da rentabilização dos investimentos realizados em infra-estruturas e equipamentos de suporte à actividade turística, assim como da compatibilização de dois factores: a protecção do ambiente, através da integridade dos seus recursos naturais; e o desenvolvimento económico dos recursos turísticos. *Contudo, ainda há muito que fazer...*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaro, R.R. (1996). Descentralização e Desenvolvimento em Portugal Algumas perspectivas, tendo especialmente em conta a questão da educação. *In: Barroso, J. e Pinhal, J. (org.). A Administração da Educação. Caminhos da Descentralização.* Lisboa: Edições Colibri, 15-24.
- Amiguiño, A. (2005). Educação em meio rural e desenvolvimento local. *Revista Portuguesa de Educação*, 18 (2), 7-43.
- Associação de Desenvolvimento Local do Litoral Alentejano (ADL, 2008). *Projectos Aprovados no Programa Leader+*. Alvalade: ADL/Litoral Alentejano.
- Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul (ADERES, 2003). *Projectos Aprovados no Programa Leader+*. Covilhã: ADERES.
- Balabanian, O. (1999). Le tourisme vert: défi ou utopie? *In: Cavaco, C. (Coord.). Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia.* CEG: Lisboa, 255-262.
- Blakely, E.J. e Leigh, N.G. (2010). *Planning Local Economic Development: Theory and Practice.* Thousands Oakes: Sage Publications.
- Cardoso, A.M.F. (2002). Turismo, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em áreas rurais. *Observatório Medioambiental*, 5, 21-45.
- Carvalho, N., Lisboa, M. e Roque, A. (2009). *Novas Formas de Economia e de Desenvolvimento Sustentável: AS Dinâmicas dos Actores Sociais.* Cabo Verde: VX Congresso da APDR: 500-531.
- Centro Internacional de Formação (CIF, 2004). A Responsabilidade Social das Empresas e a sua Contribuição ao Desenvolvimento Local. *Working Papers - Documentos de Trabalho do CIF da OIT*, 30.
- Comissão Europeia (CE, 1996). Declaração de Cork. *Leader Magazine*, 13 (Inverno 97), 1-2.
- Comissão Europeia (CE, 1998). *Conclusões e Recomendações do Grupo de Alto Nível (G.A.N.) sobre Turismo e Emprego.* Bruxelas: DGXXVIII.
- Comissão Europeia (CE, 2006). *A abordagem Leader: Um guia básico.* Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

- Comunidade Europeia (CE, 1999). Regulamento (CE) nº 1260/1999 do Conselho de 21 de Junho de 1999, que estabelece disposições gerais sobre os Fundos estruturais. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L 161, de 26 de Junho.
- Confederação do Turismo Português (CTP, 2005). *Reinventando o Turismo em Portugal*. Lisboa: CTP.
- Costa, C. (2003). Um paradigma emergente na área do planeamento? Questões de teoria e prática do planeamento. In: Simões, O. e Cristovão, A. (Org.). *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 189-201.
- Cristóvão, A. (1997). *Mudam-se os tempos,... Mudem-se os modelos! Para a criação de novas formas de interacção entre investigadores, extensionistas e agricultores*. Évora: I Simpósio: A Articulação entre Investigação e a Extensão na Agricultura.
- Cristóvão, A. (2000). Ambiente e desenvolvimento de áreas rurais marginais – o caminho tortuoso para uma relação potencialmente frutuosa. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, 1, 46-56.
- Cristóvão, A., Oostindie, H. e Pereira, F. (1994). Practises of endogenous development in Barroso, Northern Portugal. In: Ploeg, J.D. e Long, A. (eds). *Born from within: practise and perspectives of endogenous rural development*. Assen: Van Gorcum, 38-58.
- Curtin, S. e Busby, G. (1999). Sustainable Destination Development: The Tour Operator Perspective. *International Journal of Tourism Research*, 1, 135-147.
- David, F., Abreu, R. e Pinheiro, O. (2009a). *Associações de Desenvolvimento Local: Responsabilidade Social versus Estratégia Económica*. Covilhã: XXIII International Congresso f Applied Economics.
- David, F., Abreu, R. e Pinheiro, O. (2009b). *As Associações de Desenvolvimento Local no Contexto do da Responsabilidade Social das Organizações*. Porto: VII Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural.
- Dias, R. (2006). *Políticas de Sustentabilidade no Desenvolvimento do Turismo no Litoral Alentejano*. EUCC: CoPraNet – Coastal Practice Network.
- Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR, 2000). *Programa Leader+*. Lisboa: DGADR.
- European Communities (EC, 2007). *A selection of Leader+ best practices*. Brussels: Official publications of the European Commission.
- Ferreira, L. (2008). *Planeamento em Turismo e Sustentabilidade Local: Proposta de Metodologia de Diagnóstico Estratégico*. Tomar: 14º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 1848-1878.
- Figueira, V. (2008). *O Turismo, o Ambiente e as Áreas Protegidas*. Tomar: 14º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 1917-1947.
- Figueiredo, E.V.S. (1988). *Portugal: que regiões? Algumas propostas de delimitação regional para o Continente português*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

- Figueiredo, E. (2004). *Imagined rural – tourism and the social (re)construction of rural spaces*. Trondheim (Norway): XI World Congress of Rural Sociology – Globalization, Risks and Resistance in Rural Economies and Societies, 25-30.
- Figueiredo, E. e Kastenholz, E. (2008). *O Papel do Turismo no Desenvolvimento Rural em Portugal: A importância da integração das visões dos visitantes e residentes*. Tomar: 14º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 1963-1992.
- Fragoso, A. (2005). Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas. *Revista Lusófona de Educação*, 5, 63-83.
- Gannon, A. (1994). Rural Tourism as a Factor in Rural Community Economic Development for Economies in Transition. *Journal of Sustainable Tourism*, 2 (1/2), 51-61.
- Guerreiro, E.P. (2005). *Responsabilidade Social: a solidariedade humana para o desenvolvimento local*. Santos-SP: I Mostra de Responsabilidade Social.
- Hunter, C. e Green, H. (1995). *Tourism and the Environment: A Sustainable Relationship?* London: Routledge.
- Lima, L.C. (1986). *Associações para o Desenvolvimento no Alto Minho*. Viana do Castelo: Centro Cultural do Alto Minho.
- Matos, A.C. e Tsuji, T. (2002). *Documento síntese - Seminário Internacional “Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar”*. São Luís do Maranhão: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.
- Mergulhão, L. e Ribeiro, M. (2000). *Turismo e Desenvolvimento das Regiões do Interior: A Perspectiva dos Autarcas*. Coimbra: IV Congresso Português de Sociologia, 17-19 Abril.
- Moniz, A.I.D.S.A. (2006). *A Sustentabilidade do Turismo em Ilhas de Pequena Dimensão: O Caso dos Açores*. Ponta Delgada: Tese de Doutoramento em Ciências Económicas e Empresariais na Especialidade de Desenvolvimento Económico e Social e Economia Pública.
- Mota, I., Pinto, M., Sá, J.V., Marques, V.S. e Ribeiro, J.F. (2002). *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005/2015*. Lisboa: Pandora.
- Muñoz, A. (1996). El Turismo como Factor de Desarrollo. In: Muñoz, A. e Mir, V. (Eds). *Introducción a la Economía del Turismo en España*. Madrid: Editorial Civitas, 19-43.
- Pires, E.C.R. (2004). *As Inter-relações Turismo, Meio Ambiente e Cultura*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.
- Ploeg, J.D. e Long, A. (1994). Endogenous development: Practices and perspectives. In: Ploeg, J.D. e Long, A. (eds). *Born from within: practice and perspectives of endogenous rural development*. Assen: Van Gorcum, 1-6.
- Presidência do Conselho de Ministros (PCM, 2003). Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2003, define as orientações da política do turismo. *Diário da República*, 176, Série I-B, 1 de Agosto, 4540-4550.
- Puerta, F.S. (1995). *Sociología de la Agricultura y tecnología agrária: Más allá de la simple consideración del agricultor*. Lisboa: III Congresso Hispano-Português de Estudios Rurales.



- Ramos, L.; Azevedo, N.; Fernandes, D. e Bento, R. (2007). *Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte – PROT-NORTE; Fase I – Estudos Complementares de Caracterização Territorial e Diagnóstico Regional; Espaços Rurais: Novos Paradigmas*. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.
- Ribeiro, M. (2003). Espaços rurais como espaços turísticos – reflexões em torno da oferta de turismo em espaço rural em Portugal. In: Portela, J. e Castro Caldas, J. (Org.). *Portugal-Chão*. Oeiras: Celta, 199-215.
- Sarmento, M. (2000). *As Lógicas de Acção nas Escolas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional/Ministério de Educação.
- Seitanidi, M. e Crane, A. (2009). Implementing CSR through Partnerships: Understanding the Selection, Design and Institutionalisation of Nonprofit-Business Partnerships. *Journal of Business Ethics*, 85, 413-429.
- Simões, J.M. (1993). Um olhar sobre o turismo e o desenvolvimento regional. In: Associação Portuguesa de Geógrafos (ed.). *Inforgeo, Geografia do Turismo*. Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos.
- Turismo de Portugal, I.P. (TP, 2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo*. Lisboa: Turismo de Portugal, I.P.
- World Commission on Environment and Development (WCED, 1987). *Our Common Future – Brundtland Commission*. Oxford: Oxford University Press.
- União Europeia (UE, 2006). Versões Consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado que Institui a Comunidade Europeia. *Jornal Oficial da União Europeia*, C 321, 29 de Dezembro, 1- 331.
- Vidal, R.V.V. (2009). Rural development within the EU LEADER+ programme: new tools and technologies. *AI & Society*, 23 (4), 575-602.
- Vital, V.P. (2007). Desenvolvimento Económico Local e Distribuição do Progresso Técnico. *Working Paper*: 1-9.